

Coluna do Castello

ANC Qual a maioria do líder da maioria

A intenção do presidente José Sarney, ao designar um líder da maioria na Câmara, independentemente dos líderes do PMDB e do PFL, é bem conhecida. Deseja ele aglutinar em torno desse líder as forças que o apóiam independentemente das divergências ideológicas ou doutrinárias que se instalam em ambos aqueles partidos.

Embora seja líder designado na Câmara e não na Constituinte, é aí que o Sr. Carlos Sant'Anna desenvolve sua primeira missão, qual seja a de evitar que se recorra a atos constitucionais (ou institucionais) para exercer atribuições da alçada do Congresso, responsável ainda pela transição democrática, embora o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) tenha tentado, num projeto bem articulado, transferir a "administração da transição" à Assembléia, que simbolizaria assim o poder de realizar antecipadamente mudanças pregadas pelo movimento comandado pelo PMDB, minimizando o potencial político do Congresso e do próprio presidente da República.

O Sr. Sant'Anna não poderá transigir com o Sr. Maurílio Ferreira Lima além dos limites da sua missão, que é a de preservar para o presidente e para o Congresso a "administração da transição". Ele não poderá consentir na elaboração de atos constitucionais ainda que restritos a um só, pois isso quebraria o argumento atrás do qual se escuda o governo para resistir a impulsos de constituintes do seu partido. É possível, no entanto, que o líder se saia bem dessa tarefa, pois não parece propósito do PMDB e do deputado Ulysses Guimarães criar conflitos irremediáveis com o Palácio do Planalto.

Mas no exercício específico da sua liderança da maioria na Câmara, o Sr. Carlos Sant'Anna enfrentará problemas bastante difíceis. O Regimento assegura a existência do líder da maioria e do líder da minoria. Acontece, porém, que o PMDB, pelo volume da sua bancada, já é a maioria e dispõe do direito de usar aquela denominação do Regimento. Como não há indícios de que os pemedebistas, embora divididos internamente, pretendam antecipar sua cisão, permitindo que se atribua a um outro líder, que não o seu, o título de líder da maioria, terá aí o Sr. Carlos Sant'Anna tema para meditação e ponto de partida para uma articulação que não se poderia mais basear na Aliança Democrática, a qual, se não foi enterrada, será hoje um morto insepulto.

Alguns acordos deverão haver entre o PMDB e o governo para que o Sr. Carlos Sant'Anna seja reconhecido como líder da maioria, independentemente da tentativa de precipitar a organização de um grupo parlamentar majoritário que, à margem dos partidos, componha dissidências numa nova maioria de apoio ao governo. Sabe-se que essa maioria existe, mas nada indica que convenha ao governo formalizá-la desde já, pois a estrutura política em que se apóia continua a ter o PMDB como centro de gravidade.

O partido majoritário elegeu ontem seu líder. Segundo as previsões, o Sr. Luís Henrique, de Santa Catarina, que mantém o mesmo perfil político do Sr. Pimenta da Veiga, talvez amenizado por um temperamento mais contemporizado, foi o escolhido. Se tivesse sido o Sr. Milton Reis, não haveria problema, pois nesse caso o líder teria prazer em compor-se com o delegado do presidente da República. A convivência do líder do PMDB com o líder da maioria ou do governo não será das mais fáceis, contudo, e o Sr. Sant'Anna terá que conquistar penosamente seus espaços.

Não tendo atrás de si uma maioria formalizada, ele não intervirá na composição das comissões permanentes nem das comissões especiais nem será ouvido sobre a ordem do dia, a menos que forme o seu bloco ou obtenha o consentimento do PMDB para usar a prerrogativa regimental de líder da maioria. Como se vê, há mais obstáculos do que se supunha na imposição à Câmara de um líder da maioria governista, a não ser que ela se acompanhe da decisão de formalizar uma ruptura com parte substancial do PMDB em favor da formação de um bloco autônomo de apoio à política do presidente José Sarney.

O Sr. Ulysses Guimarães conhece essas dificuldades e silencia sobre elas, esperando que o governo leve até o final seu raciocínio na base do qual se decidiu a intervir nos trabalhos parlamentares mediante a indicação de um líder próprio, sem respaldo do partido da maioria. Afinal, o Sr. Luís Henrique não parece ser um deputado radical. Seria apenas um deputado um ponto à esquerda do Sr. Ulysses Guimarães, conforme a tradição da bancada do PMDB, suplantada apenas uma vez quando Tancredo Neves, contra o presidente do partido, se elegeu por um voto de diferença, líder da bancada da Câmara federal.

O título mais adequado que poderia ser dado ao Sr. Carlos Sant'Anna, se o governo tivesse meditado nos óbices para formalização da sua liderança na Câmara, seria de ministro sem pasta para coordenar a atividade legislativa, a qual, por motivos diversos, não tem sido exercida pelo chefe da Casa Civil nem pelo ministro da Justiça.

Carlos Castello Branco